

Litigância predatória está na mira do CNJ

Prática gera prejuízos bilionários para os tribunais e retarda andamento de outras ações

Por Beatriz Olivon — De Brasília

09/03/2022 05h00 · Atualizado há 22 horas

A chamada **“litigância predatória”** está na mira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ela acontece quando um único advogado propõe, na mesma comarca, centenas de ações em curto período, aumentando o **tempo de julgamento** para todos que procuram o Judiciário. A prática gera prejuízos bilionários para os tribunais.

LEIA MAIS:

Birôs de crédito e setor de factoring combatem ‘indústria de liminares’

Petrobras: STF interrompe julgamento de condenação trabalhista bilionária

Comum no setor financeiro, um exemplo são as **liminares para limpar os nomes de pessoas físicas e jurídicas com dívidas em aberto**. Também há **ações que pedem indenização por danos morais por tentativa frustrada de contratação de crédito consignado**.

Em fevereiro, o CNJ publicou a **Recomendação nº 127**, que trata de litígios predatórios e demandas repetitivas, com causas de pedir semelhantes. A norma orienta os tribunais a adotarem medidas de cautela e autoriza o CNJ a sugerir medidas concretas, em casos de judicialização predatória.

No Tribunal de Justiça de São Paulo (**TJ-SP**), o maior do país, há um **Núcleo de Monitoramento dos Perfis de Demandas da Corregedoria Geral da Justiça** (Numopede). A Corte localizou ao menos 200 advogados que atuam com litigância predatória, segundo o juiz Alexandre Andretta dos Santos, que já foi do núcleo e hoje integra o Centro de Inteligência do Tribunal.

Segundo o juiz, geralmente são casos que envolvem os mesmos advogados e grandes empresas, especialmente dos setores de aviação, telefonia e bancos, que lidam com muitos processos. Quando um magistrado desconfia, envia a suspeita para a Corregedoria. O Numopede faz uma análise e, se for o caso, emite um alerta a todos os magistrados do Estado.

As demandas de litígio predatório mais comuns, afirma o magistrado, são a negativação indevida e a exibição de contrato de pessoas negativadas. Uma forma de identificar são as petições iniciais idênticas - todas com o mesmo pedido e detalhes.

O juiz exemplifica que, na Comarca de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, quatro ou cinco advogados distribuíram mais de 40 mil ações. Antes disso, o tempo de resposta do Judiciário era de 360 dias desde a proposição da ação até a sentença. Depois, passou para três anos. "O juiz tem que decidir, movimenta o cartório e, considerando tudo, estima-se que o prejuízo do tribunal já passa de R\$ 1 bilhão", diz.

O custo dessas ações acaba sendo repassado para os consumidores nas taxas e no spread bancário, de acordo com o diretor jurídico da Federação Brasileira de Bancos (**Febraban**), Vicente de Chiara. "Esses pseudo advogados são uma 'indústria'. São muito organizados e têm uma estrutura de pessoas que buscam os mais vulneráveis, idosos, analfabetos, indígenas e obtêm uma procuração, geralmente genérica", afirma.

A Febraban começou a observar os litígios predatórios na época dos planos econômicos. Foi quando a entidade estruturou um plano para combater a prática. Os bancos informam à entidade um possível caso e ela procura outras instituições para saber se há demandas similares. Começa a checar se as procurações são verdadeiras, entre outros indícios, e a depender da situação informa o **Ministério Público**, a Ordem dos Advogados do Brasil (**OAB**) e a **polícia**.

O grande volume de processos hoje, afirma o diretor jurídico, discute o crédito consignado. “Já teve planos econômicos, depois tarifa de veículos, chip de cartão e pessoas alegando que não fizeram alguma transação debitada”, exemplifica. Os pedidos são, em geral, de danos morais. Há também casos sobre a restituição de valores que teriam sido descontados, segundo Chiara.

Em Pernambuco, o Tribunal de Justiça (**TJ-PE**) vai decidir em **incidência de demandas repetitivas** (IRDR) quais os critérios para ser válido o crédito consignado concedido a analfabetos. A decisão em IRDR deverá ser seguida no Estado. O tema é alvo de suspeitas de litigância predatória.

Foi o que o juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Araripina, no interior do Estado, Leonardo Costa de Brito, alegou ao julgar um caso recentemente. Segundo ele, o advogado Murilo de Oliveira Feitoza ajuizou 11.142 ações, em dois anos e três meses, em sete comarcas da região, sempre com o mesmo pedido: a nulidade de contrato bancário firmado com analfabeto.

Feitoza propôs 4.956 mil ações em um ano, enquanto cada juiz pernambucano proferiu 868 sentenças no mesmo período. O juiz afirma que, com essas ações, houve um aumento de quase 300% no número de processos em tramitação na unidade.

Para o magistrado, há indícios de que o advogado pratica a captação ilegal de clientela em massa, usando sempre de uma tese jurídica “fabricada”, que objetiva o enriquecimento ilícito, com petições iguais, nas quais muda-se apenas o nome da parte e o número do contrato.

O advogado Murilo de Oliveira Feitoza diz que recorre da decisão e é perseguido pelo juiz. “Na sentença, ele digita mas não prova. No recurso argumento e provo documentalmente”, afirma.

O advogado diz que tem muitos processos por ser da região. Acrescenta que não tem nenhuma penalidade na OAB, apesar de o juiz ter levado representação sobre o caso ao Ministério Público, e que está pensando em entrar com uma representação contra o juiz no tribunal de Pernambuco.

O TJ-PE informou que outros magistrados extinguiram processos de Feitoza por ajuizamento de processos em massa. O Ministério Público do Estado (MPPE) em Araripina confirmou que foi comunicado da advocacia predatória pelo Judiciário e apura eventuais práticas criminosas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Atitude de Elvis Presley em seu último show indica que ele já sabia do seu fim

MATERNITY WEEK

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Pessoas com rinite e sinusite se arrependem por não saberem disso antes

NASECURE

LINK PATROCINADO

Ela era linda, hoje ela é irreconhecível

INVESTMENT GURU

LINK PATROCINADO

O Mizuno mais vendido do Brasil abaixou de preço, acesse agora e garanta o seu com preço especial

LOJA HILOW

LINK PATROCINADO

Valéria Valenssa Aos 50 anos é de partir o coração

BOITE A SCOOP

Mais do Valor **Econômico**

Reino Unido impõe sanções a dono do Chelsea e outros oligarcas russos

Ao anunciar a nova rodada de sanções, as autoridades britânicas disseram que forneceriam ao time uma licença especial para continuar operando normalmente